

O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UM BREVE ITINERÁRIO

Roselaine Ripa¹

Grupo 5.4. Função social da educação a distância: trabalho, cidadania e emancipação

RESUMO:

Um processo educacional/formativo tem possibilidades de ser desenvolvido de forma eficaz a distância? Essa é a pergunta que Zuin (2006) destaca em seu artigo cujo título revela um questionamento intrigante: "Educação a distância ou educação distante?". Essas reflexões impulsionaram essa pesquisa bibliográfica, que integra o Trabalho Final de Curso, apresentado como exigência para obtenção do título de especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EaD, desenvolvido na UFF. Nosso recorte aqui será apresentar o percurso da EaD no Brasil, com foco especial para a expansão do ensino superior e sua importância para a formação dos indivíduos. Para isso, analisamos diferentes posicionamentos de estudiosos diante da EaD, traçando o percurso histórico dessa modalidade e sua implantação no Brasil. Ao longo do estudo, pudemos concluir que a EaD envolve muito mais do que aparatos tecnológicos e contribuições para a universalização e democratização do acesso à escolarização. Além de preparar indivíduos aptos a exercer uma profissão, o processo educacional, também no ensino superior, deve se constituir como formativo, contribuindo para que os indivíduos possam ter oportunidades de participação efetiva, questionamento, análise, compreensão e transformação da sociedade em que vivem.

Palavras-chave: EaD; Ensino Superior; Cidadania.

ABSTRACT:

HIGHER EDUCATION AND DISTANCE EDUCATION IN BRASIL: A BRIEF ITINERARY

A process of education/training is likely to be developed effectively the distance? That is the question that Zuin (2006) highlights in his article whose title reveals an intriguing question: "Distance education or distant education?". These considerations motivated a literature search, a member of the paper, presented as a requirement to obtain the title of specialist in Planning, Implementation and Management of distance education, developed the UFF. Our crop is present here, with this background, the course of distance education in Brazil, with special focus for the expansion of higher education and its importance to the training of individuals. For this, we analyzed the different positions of scholars on the DL, tracing the historical background of this method and its implementation in Brazil. Throughout the study, we concluded that distance education involves much more than technological devices and contributions to the universalization and democratization of access to schooling. In addition to preparing individuals able to exercise a profession, the educational process, also in higher education, should be constituted as training, helping to allow

¹ Orientador de Disciplina UNIVESP/UNESP – roselaineripa@gmail.com

individuals to have opportunities for effective participation, questioning, analysis, understanding and transformation of their society.

Keywords: DL; Higher Education; Citizenship.

1. Um breve itinerário

Esse texto é parte do Trabalho Final de Curso (TFC), apresentado como exigência para obtenção do título de especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EaD, através de um curso de especialização *lato sensu* ofertado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Partiu do objetivo de investigar as políticas públicas de educação a distância (EaD), especificamente com relação ao projeto de formação inicial de professores proposto pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nosso recorte, nesse trabalho, é apresentar os estudos guiados pelo seguinte objetivo específico: compreender o percurso histórico da EaD no Brasil, com foco na expansão do ensino superior.

Para o desenvolvimento da pesquisa nos amparamos nas discussões teóricas de autores que problematizam os conceitos de EaD e Tecnologias de Informação e Comunicação na área da educação, bem como os pressupostos desta modalidade de ensino no país.

1.1. A expansão da educação superior e a formação do indivíduo

Um processo educacional/formativo tem possibilidades de ser desenvolvido de forma eficaz a distância? Essa é a pergunta que Zuin (2006) destaca em seu artigo cujo título revela um questionamento intrigante: *Educação a distância ou educação distante?*. De acordo com o autor, se considerarmos as bases epistemológicas que fundamentam a educação e os métodos empregados no processo de ensino e aprendizagem, o próprio termo EaD revela uma contradição imanente: o processo de ensino e aprendizagem deve proporcionar condições favoráveis para a aproximação e não o distanciamento entre os professores e alunos. Sendo assim, poderíamos afirmar que a EaD não deve ser aquela que se concretiza na forma de “educação distante”.

Belloni (1999, p. 40) cita diversas pesquisas que alertam a respeito da aprendizagem passiva em programas de EaD, cujos alunos se sentem desestimulados a prosseguir com o curso, pois apesar de utilizar diferentes e diversificados meios de comunicação, não garantem uma efetiva comunicação bilateral que leva a elaborar e/ou construir os conteúdos significativos. Outros autores, tal como Saraiva (1996, p. 17), também destacam essa questão:

Uma proposta de ensino/educação a distância necessariamente ultrapassa o simples colocar materiais instrucionais a disposição do aluno distante. Exige atendimento pedagógico, superador da distância e que promova a essencial relação professor-aluno, por meios e estratégias institucionalmente garantidos.

Ao recuperar o percurso histórico da EaD no Brasil, com foco no ensino superior, questões como essas devem ser destacadas. Além de reconhecermos a importância das metas de acesso dos estudantes brasileiros a esse nível de ensino, devem ser consideradas também as finalidades do processo educacional/formativo universitário, reveladas no Art. 43 da LDB nº 9394/96. Muito mais do que preparar indivíduos aptos a exercer uma profissão, o processo educacional, também no ensino superior, deve se constituir como formativo, contribuindo para que os indivíduos possam ter oportunidades de participação efetiva, questionamento, análise, compreensão e transformação da sociedade em que vivem.

1.2. A EaD e a formação de professores

Segundo Saraiva (1996), a comunicação educativa visando a aprendizagem de discípulos fisicamente distantes encontra suas origens no intercâmbio de mensagens escritas, desde a Antiguidade, inicialmente na Grécia e, depois, em Roma. “Às cartas comunicando informações sobre o cotidiano pessoal e coletivo juntam-se as que transmitiam informações científicas e aquelas que, intencional e deliberadamente, destinavam-se à instrução” (SARAIVA, 1996, p. 18). Tal propósito é percebido no Cristianismo nascente e, atravessando os séculos, se desenvolve nos períodos do Humanismo e do Iluminismo. Saraiva (1996, p. 17) cita uma pesquisa realizada pelo professor Francisco José Silveira Lobo Neto, que traz como primeiro marco da educação a distância, um anúncio publicado na *Gazeta de Boston*, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips: “Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston”.

Apesar de outros anúncios como esse serem observados nos documentos históricos, o desenvolvimento de uma ação institucionalizada de educação a distância tem início apenas a partir da metade do século XIX. Saraiva (1996) cita algumas dessas iniciativas destacando a primeira escola de línguas por correspondência, em 1856, em Berlim, por iniciativa de Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt. Conforme destaca a autora, adentrando o século XX, observa-se um movimento contínuo de consolidação e expansão da educação a distância, o que confirmaria as palavras de William Harper, reitor da Universidade de Chicago, que criou em 1892 uma Divisão de Ensino por Correspondência: “Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais;...”

Sendo assim, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e informação determinou os destinos da educação a distância, produzindo uma modalidade de educação capaz de contribuir para a universalização e democratização do acesso a escolarização em diversos níveis de ensino, aperfeiçoamento profissional, ampliação, considerando as questões de demanda, tempo e espaço.

A distância entre os professores e alunos, citada anteriormente, segundo alguns estudiosos da área, tende a se diminuir com a interação que a tecnologia impulsiona nas últimas décadas, contribuindo para que a conquista de um título venha acompanhada de

uma formação do indivíduo. “A utilização de novas tecnologias propicia a ampliação e a diversificação dos programas, permitindo a interação quase presencial entre professores e alunos. Mas seja qual for a tecnologia adotada, a EAD terá que ter, sempre, uma finalidade educativa” (SARAIVA, 1996, p.19).

No Brasil, considera-se como marco inicial da EaD² a criação, por Roquete-Pinto, entre 1922 e 1925, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação (SARAIVA, 1996, p. 19). A partir da década de 1960 encontram-se registros de programas de EaD e a criação, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, do Programa Nacional de Teleducação (Prontel), que tinha como função coordenar e apoiar a teleducação no território brasileiro. Esse programa foi substituído pela Secretaria de Aplicação Tecnológica, extinta posteriormente. Em 1992, o MEC institui a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância e, em parceria com o Ministério das Comunicações (MC), a partir de 1993, observam-se as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD, para a criação, através do Decreto nº 1.237, de 6/9/94, do Sistema Nacional de Educação a Distância. Em 1995, o governo federal cria uma Subsecretaria de EAD, no âmbito da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Em 1996 foi instituída, na estrutura do MEC, a Secretaria de Educação a Distância (SEED).

Considerando os marcos que se referem às bases legais (BARRETO, 2010), o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como um dos objetivos e metas: “Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica”. Durante a tramitação do PNE, a SEED discutia a concretização de “(...) um sistema tecnológico – cada vez mais barato, acessível e de manuseio mais simples – capaz de operar as transformações pretendidas, na perspectiva de levar para a escola pública toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância podem prestar à construção de um novo paradigma para a educação brasileira”. No mesmo período, a LDB reforça esses objetivos com o art. 80: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Analizando os marcos que se referem aos documentos, Barreto (2010) destaca as iniciativas de implantação de cursos de formação inicial a distância. A UniRede, criada em 1999, foi pioneira como consórcio de universidades públicas, porém, apesar de ter um comitê gestor e conselhos, possuía uma estrutura fragilizada pela dependência a diversos órgãos, não atingindo o êxito pretendido com a expansão da oferta de ensino superior, o que levou a uma revisão promovida pelo Grupo de Trabalho Interministerial para formulação de propostas para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais (Barreto, 2010, p. 39).

Segundo Barreto (2010, p. 39), em consonância com o diagnóstico e os encaminhamentos apresentados, o desenho da UAB foi elaborado no “Fórum das Estatais

² Saraiva (1996) faz um levantamento sistemático das iniciativas de ensino por correspondência, radiodifusão, teleducação e suas contribuições para a expansão da EaD no Brasil.

pela Educação com foco nas Políticas e na Gestão da Educação Superior”. Nesse contexto, de acordo com a autora, a UniRede foi qualificada como uma experiência “muito interessante” e suas metas foram aprofundadas e estendidas para “promover uma interação mais ampla, seja atuando também com empresas que não são exclusivamente estatais, assim como com as demais instituições de educação superior, sejam públicas, sejam privadas” (BARRETO, 2010, p. 39). Entre as suas formulações, a autora destaca uma das comparações proferidas no fórum de 2005: “a estrutura básica da UAB e dos Consórcios deve se assemelhar mais a uma ‘fábrica’, enfatizando a alta produção de cursos”.

Barreto (2010, p. 39) destaca ainda que a UAB foi primeiramente inscrita na SEED, ampliando exponencialmente os polos nos diferentes Estados e que, com a promulgação, em 2007, da Lei nº 11.502, reestruturando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a UAB passa a ser inscrita na “nova” Capes, “em movimento que remeteu à atribuição de uma espécie de selo de qualidade, na medida da experiência acumulada na área de avaliação da pós-graduação” (BARRETO, 2010, p. 39). A autora cita Dourado (2008, p. 905) e faz a crítica: “a UAB permanece, até o presente momento, sem projeto pedagógico explícito e com a atribuição de centralidade ao “aparato tecnológico e seu uso como os responsáveis diretos pela qualidade ou não do processo educativo” (BARRETO, 2010, p. 39).

1.3. A EaD e a formação de professores

A educação superior no Brasil historicamente pode ser considerada um privilégio de poucos cidadãos. O número de matrículas foi crescendo ano a ano, porém a passos lentos. Na década de 1970, a abertura à iniciativa privada projetava a expansão de faculdades e universidades nas décadas que se seguiram.

Na década de 1990, mesmo com a LDB prevendo que a educação a distância se desenvolveria por meio de “iniciativas do poder público”, o que se efetivou foi uma arrancada das instituições privadas, amparadas pelo Decreto nº 4.494/1998 (que abriu o campo da EaD para a iniciativa privada), cujo objetivo não foi a ampliação do raio de atuação da educação superior para além da esfera abrangida pela educação presencial, mas se tornou concorrente desta, que apresentava quedas nas demandas, oferecendo outras facilidades relacionadas ao tempo, espaço, custo e métodos de aprendizagem (GIOLO, 2008, p. 1218). E a grande demanda incidia sobre a formação de professores para a educação básica, considerando o cumprimento do artigo 87, § 4º da LDB, que determinava, ao fim da década da educação (1996-2006), a admissão de professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Havia um exército de professores sem formação adequada, especialmente os que atuavam em lugares tradicionalmente esquecidos pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento econômico. Como atingi-los rápida e massivamente? É em função disso que foram feitos, por parte do Estado, os primeiros movimentos para implantar redes de educação a distância” (GIOLO, 2010, p. 1274).

O que se observou na década de 2000 foi um aumento do número de instituições de ensino superior credenciadas para a oferta de EaD, bem como o número de cursos e matrículas. Segundo Giolo (2010, p. 1223), em 2003, quando houve a mudança de governo, a tendência da EaD no Brasil ainda não era suficientemente explícita; e a ideia de dotar o Brasil de uma “megauniversidade”, nos moldes das instituições tradicionais de outros países, levou ao projeto prioritário da implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Tal projeto não minimizou a atuação da iniciativa privada, o que culminou na publicação do Decreto nº 5622/2005 e diversas portarias, que regulamentou mais especificamente um campo até então deficiente em termos legais. “Cada uma dessas ações do Estado procura organizar o setor e impedir, com uma série de novas exigências, que a livre concorrência acabe por desvirtuar sobremaneira o sentido da educação a distância” (GIOLO, 2010, p. 1224).

Apesar dessas iniciativas, da tentativa de se criar um modelo para a EaD no Brasil, da expansão do ensino superior, uma questão central ainda permanece: a formação de professores a distância.

2. Considerações Finais

Nesse estudo, pudemos analisar os diferentes posicionamentos de estudiosos diante da EaD, traçando o percurso histórico dessa modalidade e sua implantação no Brasil. Concluímos que a EaD envolve muito mais do que aparatos tecnológicos e sua contribuição para a universalização e democratização do acesso a escolarização. Por isso, destacamos outros questionamentos, tais como: aprendizagem a distância, educação distante, formação integral do indivíduo no ensino superior, além das habilidades e competências para exercer uma profissão.

3. Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: 1996.

BARRETO, Raquel Goulart. Configuração da política nacional de formação de professores a distância. **Em Aberto**. Brasília, v. 23, n. 84, nov. 2010.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

GIOLO, Jaime. Educação a distância: distância entre o público e o privado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, out.-dez. 2010, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/12.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2012.



MOSORINI, Marília. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**. Brasília, ano 16, n.7, abr./jun. 1996.

ZUIN, A. A. S. Educação a distância ou educação distante: o programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação e Sociedade**. Campinas. vol. 27, n. 96 - Especial, p. 935-954, out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 mai 2012.